



Planejamento Insurgente na Itália: o caso da Cavallerizza Reale de Turim

Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. Desde 2008, com a crise financeira e econômica, houve um aumento da participação política em todo o mundo. Os movimentos sociais vêm protestando contra a distribuição desigual de poder e riquezas e discutindo o real significado do direito à cidade. Motivados por esse sucesso político e pelo contexto de mobilização mundial dos movimentos Occupy, vários movimentos sociais não somente na Itália, mas em toda a Europa, a partir de 2011, começaram a denunciar a existência de prédios públicos abandonados. Esta pesquisa foca em uma experiência italiana, a Cavallerizza Reale de Turim. Este artigo está dividido em quatro partes: a primeira, uma introdução ao contexto europeu de mobilizações e de ocupações de prédios públicos abandonados, a segunda, sobre a história e contexto da Cavallerizza Reale de Turin, a terceira, sobre a elaboração do plano alternativo, e a quarta, algumas considerações sobre o contexto e o plano alternativo.

Palavras-chave. Planejamento Insurgente; Participação Política; Patrimônio Histórico-Cultural; Ocupações Urbanas

Tradução do título em inglês

Abstract. Since 2008, with the financial and economic crisis, there has been an increase in political participation around the world. Social movements have been protesting against the unequal distribution of power and wealth and discussing the real meaning of the right to the city. Motivated by this political success and the context of the worldwide mobilization of the Occupy movements, various social movements not only in Italy but throughout Europe, from 2011 onwards, began to denounce the existence of abandoned public buildings. This research focuses on an Italian experience, the Cavallerizza Reale in Turin. This article is divided into four parts: the first, an introduction to the European context of mobilizations and occupations of abandoned public buildings, the second, on the history and context of Cavallerizza Reale de Turin, the third, on the elaboration of the alternative plan, and the fourth, some considerations about the context and the alternative plan.

Keywords: Insurgent Planning; Political Participation; Historical-Cultural Heritage; Urban Occupations

Tradução do título em espanhol

Resumen. Desde 2008, con la crisis financiera y económica, se ha producido un aumento de la participación política en todo el mundo. Los movimientos sociales han estado protestando contra la distribución desigual del poder y la riqueza y discutiendo el significado real del derecho a la ciudad. Motivados por este éxito político y el contexto de movilización mundial de los movimientos Occupy, diversos movimientos sociales no solo en Italia sino en toda Europa, a partir de 2011, comenzaron a denunciar la existencia de edificios públicos abandonados. Esta investigación se centra en una experiencia italiana, la Cavallerizza Reale de Turin. Este artículo se divide en cuatro partes: la primera, una introducción al contexto europeo de movilizaciones y ocupaciones de edificios públicos abandonados, la segunda, sobre la historia y el contexto de Cavallerizza Reale de Turin, la tercera, sobre la elaboración del plan alternativo, y el cuarto, algunas consideraciones sobre el contexto y el plan alternativo.

Palabras clave: Planificación Insurgente; Participación Política; Patrimonio Histórico-Cultural; Ocupaciones Urbanas

1. Introdução

Desde 2008, com a crise financeira e econômica, houve um aumento da participação política em todo o mundo. Os movimentos sociais vêm protestando contra a distribuição desigual de poder e riquezas e discutindo o real significado do direito à cidade teorizado por Lefebvre (1967), explorado

por Castells (1977) e investigado atualmente por Harvey (2012). Um exemplo dessa mobilização política ocorreu em 2011, quando 27 milhões de italianos, por meio de um referendo nacional, impediram a privatização do sistema de abastecimento de água e outros serviços municipais, como coleta de lixo e transporte (MATTEI, 2013; MATTEI; QUARTA, 2014). Motivados por esse sucesso político e pelo contexto de mobilização mundial dos movimentos Occupy, vários movimentos sociais não somente na Itália, mas em toda a Europa, a partir de 2011, começaram a denunciar a existência de prédios públicos abandonados. Then, a series of cultural occupations have arisen in Europe.

Os grupos sociais que ocupam esses prédios reivindicam o direito de promover a cultura por meio de práticas de autogoverno dos espaços urbanos rejeitados pelos setores público ou privado (formal). Existem várias experiências analógicas de espaços culturais recuperados por toda a Europa, como *Bethanien* e *Pfefferberg* (Berlim), *El Matadero*, *La Tabacalera* e *Esta es una plaza* (Madrid), *La Friche* (Marselha), *Subtopia* (Estocolmo) e *Wuk* (Viena). E entre as ocupações culturais e experiências políticas mais conhecidas na Itália estão o *Asilo della Creatività e della Conoscenza* (Nápoles), *Teatro Valle Occupato*, *Cinema Palazzo* e *Angelo Mai* (Roma), *Teatro Coppola* (Catania), *Cantieri Arsenale* e *Teatro Garibaldi Aperto* (Palermo). A presente pesquisa se vale de um estudo empírico de uma ocupação na experiência italiana: a *Cavallerizza Reale*, em Turim.

Este capítulo está dividido em quatro partes: a primeira, uma introdução ao contexto europeu de mobilizações e de ocupações de prédios públicos abandonados, a segunda, sobre a história e contexto da *Cavallerizza Reale* de Turim, a terceira, sobre a elaboração do plano alternativo, e a quarta, algumas considerações sobre o contexto e o plano alternativo.

Nossa metodologia será a revisão bibliográfica da literatura sobre planejamento insurgente, radical e alternativo e o contexto da *Cavallerizza Reale* de Turim, incluindo as intervenções urbanísticas relacionadas a ela, juntamente com entrevista em profundidade com o professor Guido Montanari, o principal responsável por elaborar e projetar o plano alternativo.

2. A história da *Cavallerizza Reale* de Turim

A *Cavallerizza Reale* foi construída entre 1740 - 1742 e foi projetada como uma Academia Militar para a Casa de Sabóia e a aristocracia do Piemonte. Juntamente com o notável complexo de edifícios Residências da Casa Real de Sabóia, foi definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial em 1997 (UNESCO, 1997).

O complexo de edifícios das Residências da Casa Real de Sabóia é composto por 22 edifícios, 11 localizados no centro de Turim, os restantes distribuídos segundo um sistema radiocêntrico pela cidade. O complexo de edifícios é dividido em Zona di Comando (Área de Comando) e Corona di Delizie (Coroa das Delícias) (UNESCO, 1997).

A Zona de Comando é um grande complexo de edifícios ligados à corte, onde se exercia o poder centralizado nas suas formas política, administrativa e cultural. Inclui o Palácio Real, o Arsenal Real, o Edifício da Prefeitura e os Arquivos do Estado (que são um dos primeiros exemplos, no mundo ocidental, de uma arquitetura nascida especificamente para funções administrativas e arquivísticas), a Fachada do Teatro Regio (que sobreviveu a um incêndio em 1936 que destruiu o resto do teatro), a Academia Militar (da qual da estrutura original do século XVII restam apenas algumas colunas e fragmentos da loggia), a *Cavallerizza Reale* (destinada aos exercícios e espetáculos equestres da corte), o Regia Zecca, o Palazzo Chiabrese, o Palazzo Madama, o Palazzo Carignano (que em 1859 abrigou o primeiro Parlamento italiano).

A Coroa das Delícias é um sistema de residências fora da cidade dedicadas ao lazer, festas e caça que, dispostas em um padrão radial em torno de Turim, destacam o papel central da capital. As residências incluem o Castelo Valentino, a Villa della Regina, o Castelo de Moncalieri, o Castelo

de Rivoli, o Palácio de Venaria, o Stupinigi Hunting Lodge, o Castelo de Agliè, o Castelo de La Mandria, o Castelo de Racconigi, o Castelo de Pollenzo, o Castelo de Govone.

Cada uma das partes componentes das Residências da Casa Real de Sabóia é protegida por regulamentos locais, regionais e nacionais. De acordo com a regulamentação nacional (“Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio - Decreto Legislativo 22 Gennaio 2004, n 42”, 2004), estes monumentos estão sujeitos a procedimentos de conservação específicos e, em alguns casos, da União Europeia (“Council of Europe Landscape Convention”, 2004) e regionais (“Criteri e Indirizzi per la Tutela del Paesaggio”, 2010; “Piano Paesaggistico Regionale (PPR) - Regione Piemonte”, 2017; “Piano Territoriale Regionale (PTR) - Regione Piemonte”, 2011) também protegem a zona mais remota onde o complexo de edifícios é situado.

Em 2003 o município assinou um protocolo de intenções com o Ministerio de Economia e Finanças da Italia para a recuperação e melhorias em todos os imóveis do complexo, incluindo a Cavallerizza Reale (MINISTERO DELL’ECONOMIA E DELLE FINANZE, 2003). O acordo previa a valorização da área total, situada no centro da cidade, através de novos destinos ao uso do imóvel, sendo que, com a assinatura desse acordo, a administração local compraria alguns desses imóveis para utiliza-los com finalidade institucional.

Em 2005, a administração local de Turim requisitou à administração regional de Piemonte a venda do complexo de imóveis, que foi aprovado. Então, em 2007, a administração local adquiriu o complexo de imóveis do Ministério das Artes da Italia com a promessa de restaurar os prédios.

No entanto, em 2009, as administrações passadas deixaram muitos débitos em relação à realização dos Jogos Olímpicos de 2006. Grandes projetos urbanos, como as Olimpíadas de Inverno de 2006, desencadeiam uma diversidade de rupturas na cidade. Essas rupturas nos espaços físicos e sociais da cidade, em suas múltiplas dimensões, contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizadas por reconfigurações escalares, além de provocar rupturas institucionais, urbanas, jurídicas, políticas, simbólicas e, ainda, perturbações na dinâmica imobiliária da cidade (NOVAIS, 2012; OLIVEIRA; NOVAIS, 2013; VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012).

Devido a esses débitos dos Jogos Olímpicos de 2006 o município decidiu vender o conjunto de imóveis para a Cartolarizzazione della Città di Torino (CTT), uma empresa de securitização imobiliária 100% detida pela cidade de Turim (“CCT: About Us”, [s.d.]). Esta decisão equilibrou o orçamento do município e criou uma dívida com os CTT e o Banco Intesa San Paolo. Desde 2009 a decisão do município foi vender o complexo para transformá-lo em apartamentos de luxo, lojas e hotéis (ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45, 2014).

Em 2013, o Teatro Stabile di Torino deixou oficialmente o Cavallerizza e o prédio ficou abandonado. Moroni, De Franco e Bellè (2020a, 2020b) esclarecem que é importante distinguir entre edifícios meramente vazios e edifícios abandonados. Os autores descrevem que um edifício meramente vazio como uma habitação ou edifício não utilizado, mas em boas condições de manutenção e um edifício abandonado como um tipo específico de edifício não utilizado que não é totalmente operativo ou funcional devido à falta de manutenção ou gestão. Os autores descrevem ainda que um edifício vazio ou abandonado pode ser propriedade de particulares ou de uma autoridade pública, como um Ministério, uma Região ou um Município.

Nosso caso de pesquisa, a Cavallerizza Reale, se concentra em um prédio público abandonado privatizado. Moroni, De Franco e Bellè (2020a, 2020b) argumentam que um prédio público vazio é um problema por definição porque é um recurso público subutilizado. Nesse sentido, esses edifícios representam uma espécie de desperdício de recursos compartilhados. Além disso, se os edifícios públicos não são apenas subutilizados, mas também abandonados, eles levantam complicações adicionais, como riscos para pessoas, coisas e vários impactos negativos.

Moroni, De Franco e Bellè (2020a, 2020b) apontam três tipos de estratégias que podem ser empregadas pelo governo, região ou município para lidar com prédios vazios abandonados

públicos. A primeira delas é vender os prédios. No entanto, os autores relatam que, em um país como a Itália, o impacto da venda na dívida pública seria muito pequeno, já que a mesma chegou a uma quantia muito alta. Neste caso, o maior impacto na venda de prédios vazios abandonados seria a de aliviar os custos de manutenção e garantir uma certa renda na venda.

A segunda estratégia é utilizar os prédios públicos abandonados como fonte de renda. Os autores afirmam que esta é uma opção viável caso o prédio esteja em boas condições de uso. Já se o prédio se encontra abandonado, esta estratégia não é tão viável devido ao fato da necessidade de obras de restauro e manutenção, necessidades estas difíceis de serem realizadas devido à falta de fundos das administrações públicas italianas.

A terceira estratégia, por sua vez, é ceder os prédios para organizações da sociedade civil para que elas os usem sem custos, desde que essas organizações cuidem desses prédios. Os autores apontam que esta estratégia é muito utilizada não só na Itália como em vários lugares no mundo e tem uma aceitação muito positiva. Além disso, esta estratégia apresenta benefícios mútuos, tanto para a instituição pública quanto para os atores políticos.

Em nosso caso de pesquisa, as condições do imóvel impossibilitavam utilizá-lo como fonte de renda, já que muitos reparos e obras de restauro eram necessários. Apesar da população torinesa reivindicar exclusivamente que a administração pública utilizasse a terceira estratégia proposta pelos autores, a primeira estratégia prevaleceu como escolha principal da administração pública, isto é, a venda do imóvel.

O fato de os cidadãos poderem ficar privados de um bem que lhes pertence provocou uma forte reação: uma companhia teatral convocou uma assembleia para o dia 23 de maio de 2014 em frente ao prédio que contou com a presença de cerca de trezentas pessoas. Decidiram batizá-la de *Assemblea Cavallerizza 14h45* (*Assemblea Cavallerizza 14h45*) por causa do relógio quebrado no prédio da fachada (*ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45*, [s.d.]).

A assembleia, então, decidiu ocupar o prédio para evitar que o complexo fosse vendido e privatizado, inclusive a *Cavallerizza*. O seu principal objetivo foi e continua a ser não só defender um patrimônio público, mas também contribuir para definir e implementar uma melhor requalificação e reutilização do edifício e da área envolvente, além de tentar influenciar no futuro da sua cidade contribuindo para um processo de planejamento participativo. Além disso, organizam e oferecem eventos culturais e artísticos no prédio ocupado.

Douglas (2006) define a reutilização adaptativa como uma mudança significativa de função de um espaço ou edifício existente quando seu propósito anterior se torna obsoleto. Como afirma Robiglio (2016), a reuse happens when individuals or groups introduce new content into an existing container (building, infrastructure, place, area), content that differs from the one for which the container was originally designed” (ROBIGLIO, 2016, p. 3). O conceito de reutilização adaptativa foi estabelecido no século XIX quando Viollet-le-Duc e Wethered (1875) descreveram a reutilização como uma forma de preservar monumentos históricos: “to restore a building is not to preserve it, to repair, or rebuild it; it is to reinstate it in a condition of completeness which could never have existed at any given time” (VIOUET-LE-DUC; WETHERED, 1875, p. 9).

Segundo Pleovets e Van Cleempoel (2011), existem três abordagens de reuso adaptativo: tipológica, técnica e estratégica. A reutilização tipológica incide sobre a categoria de construção ou tipo de construção. A reutilização técnica centra-se na adaptação do edifício como uma questão técnica. O aspecto primordial é adaptar um edifício para permitir uma nova função. É dada pouca atenção ao aspecto patrimonial e de conservação. A reutilização estratégica se concentra nas estratégias e processos aplicados para cobrir edifícios significativos.

Em nossa pesquisa fazemos referência específica ao reuso adaptativo estratégico. A *Cavallerizza Reale*, então, deixa de ocupar a função de Academia Militar da Casa de Sabóia e da aristocracia do Piemonte, que se tornou obsoleta, e passa a ter uma nova função. Desta forma, o prédio passa a ter uma função cultural, introduzida pela população torinesa com o objetivo de preservar o prédio

histórico. O reuso adaptativo da Cavallerizza Reale traz grandes benefícios para a cidade de Turim, já que, como descreve Robiglio (2016), o reuso adaptativo interliga positivamente o passado e o futuro da cidade, oferece uma infraestrutura robusta e barata para as necessidades emergentes e pode desencadear processos de renovação urbana.

Como explicam Baraldi e Salone (2020), o reuso adaptativo não está relacionado somente com a preservação da fachada de um prédio com o objetivo de satisfazer uma questão física do prédio. Mas também está relacionado com a preservação da história do local e de seus arredores com o objetivo de potencializar os benefícios econômicos, sociais e ambientais do local. Além disso Baraldi e Salone (2020) afirmam que o reuso adaptativo também pode contribuir para a manutenção da autenticidade da cidade, pode ajudar a preservar a identidade do território e pode gerar melhorias no bem estar das cidades.

Todas as decisões sobre a Cavallerizza Reale foram tomadas em três tipos de assembleias abertas: a primeira ocorria uma vez por mês e tinha como objetivo principal proteger e cuidar do prédio; a segunda ocorria quinzenalmente e tinha como objetivo principal tratar dos projetos culturais, e a última também ocorria quinzenalmente e tinha como objetivo principal administrar as atividades da Cavallerizza (ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45, [s.d.]; VASSALLO, 2014).

Uma das várias atividades da Assemblea Cavallerizza em 2017-2018 foi redigir uma Dichiarazione di Uso Civico e Collettivo (Declaração de Uso Urbano Cívico e Coletivo) (ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45, 2018). A Declaração é um documento produzido pela assembleia e pelos cidadãos explicando a forma de gestão direta do prédio público, no nosso caso, a Cavallerizza Reale. Além disso, este documento define como usar os espaços, quem tem direito a usá-los, como é tomada uma decisão, quem é membro da assembleia, como é organizada a ocupação e também é uma ferramenta legal para reconhecer o edifício como comuns (ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45, [s.d.]). A Declaração da Cavallerizza foi escrita com a ajuda e troca de experiências e conhecimentos dos integrantes do Ex-Asilo Filangieri, em Nápoles, Itália, edifício ocupado pelos cidadãos, com Declaração de uso urbano cívico e coletivo, e agora reconhecida pelo governo local de Nápoles como um comum urbano (“l’Asilo”, [s.d.]; “l’Asilo - Facebook Page”, [s.d.]; RICCIO, 2016).

Retomando a obra de Hardt e Negri (2019), Dardot e Laval (2015) elucidam e clarificam as noções de comum e comuns. De acordo com os autores, o comum, no singular, seria um princípio político baseado em práticas de autogestão e colaboração, enquanto os comuns, no plural, seria o resultado dessas atividades colaborativas.

Dardot e Laval (2015) ainda explicam que o comum é uma ação contra a razão neoliberal do mundo. Mais do que um regime político e econômico, o neoliberalismo também pode ser entendido como uma nova racionalidade que transfere o estilo de competição do mercado para as outras esferas da vida. Sendo assim, para os autores, o comum vai além de um conceito. Trata-se de uma prática que nasce nas lutas contrárias a essa racionalidade, indo contra a lógica de mercantilização da vida, da mercadoria e da propriedade privada.

Desta forma, a ideia do comum, tanto no caso de nossa pesquisa quanto no caso de várias cidades ao redor do mundo, vem sendo utilizada por formuladores de políticas públicas, ativistas, movimentos sociais, sociedade civil e pesquisadores como forma de reivindicação e tentativa de proteger contra privatizações esses recursos e bens urbanos que poderiam e deveriam ser mais vastamente compartilhados e utilizados pelos cidadãos.

A principal luta da Assemblea Cavallerizza é a tentativa de promover não apenas um novo uso do solo, mas, também, um novo uso para o espaço urbano através de um projeto alternativo que considere o que as pessoas querem para sua cidade e seus espaços urbanos públicos, neste caso, não apenas como preservar um recurso arquitetônico, mas também como utilizá-lo, como torná-lo um bem comum (VASSALLO, 2016).

Em 2018 foi concluído o projeto de Declaração de Uso Cívico e iniciou-se a discussão com a Câmara Municipal para a sua aprovação. Em janeiro de 2020 foi aprovado um Regulamento per il Governo dei Beni Comuni Urbani nella Città di Torino (Regulamento para a Gestão dos Comuns Urbanos de Turim) (Regulamento per Il Governo Dei Beni Comuni Urbani Nella Città Di Torino, 2020).

Então, eles iniciaram a desenhar o plano alternativo.

3. O Plano Alternativo da Cavallerizza Reale de Turim

O principal responsável pelo Plano Unitário de Requalificação Alternativo da Cavallerizza Reale é o Professor Guido Montanari. Ele é arquiteto e professor de História da Arquitetura Contemporânea no Interuniversity Department of Regional and Urban Studies and Planning na Politecnico di Torino, em Turim, Italia, também lecionando disciplinas nas áreas de Ambiente, Paisagem e Território há muitos anos nos programas de graduação e pós-graduação.

O Professor Montanari nos contou durante a entrevista que ele teve o primeiro contato com a Cavallerizza Reale em 2014, quando soube do processo de venda da Cavallerizza. Mobilizado com a situação da privatização do bem arquitetônico, que está no centro de seus interesses de ensino e pesquisa, o Professor Montanari organizou em conjunto com colegas da Politecnico di Torino um apelo ao Prefeito Piero Fassino (Democratic Party, 2011-2016) para interromper o processo de venda da Cavallerizza Reale.

Ele descreve que este apelo ao Prefeito Piero Fassino gerou uma coleta de assinaturas por parte da população, que chegou a cerca de dez mil assinaturas. Um efeito deste apelo foi a criação de um convênio com o Politecnico di Torino para acompanhar as intervenções urbanísticas no imóvel, dada a importância da Cavallerizza Reale enquanto complexo histórico, artístico e cultural para a cidade de Turim, que, naquele momento, se propunha a se tornar um centro cultural público aberto aos cidadãos.

No entanto, o Professor Montanari nos fala que mesmo com a mobilização tanto dos professores do Politecnico di Torino quanto da população, a administração do Prefeito Piero Fassino continuou com o processo de privatização do imóvel. Com isso, a propriedade da Cavallerizza praticamente foi passada da cidade de Turim para um consórcio de bancos privados e para a Cassa Depositi e Prestiti pelo valor de 11 milhões de Euro. A Cassa Depositi e Prestiti (CDP) é um dos maiores bancos italianos. O CDP é controlado pelo Ministério da Economia e Finanças da Itália e promove o crescimento do país e administra a poupança postal. Além disso, o CDP empresta dinheiro ao Estado italiano ou aos governos locais, investe em projetos infraestruturais, financeiros e econômicos e adquire entidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento da economia italiana (“Cassa Depositi e Prestiti | CDP”, [s.d.]).

Professor Montanari nos conta que em 2014 foi iniciada a ocupação da Cavallerizza e de 2014 a 2016 foram realizadas muitas reuniões com os jovens da cidade de Turim, na qual ele participou. E ele pensou que a ocupação do prédio fosse um meio interessante para dar visibilidade à questão da Cavallerizza.

Em 2016, a administração municipal mudou e foi eleita a Prefeita Chiara Appendino (5 Star Movement, 2016-2021). O Professor Montanari ajudou a construir a campanha eleitoral de Chiara Appendino em relação ao tema da urbanística. Ele ressalta que, no que concerne à Cavallerizza Reale, Appendino deixou muito claro que iria fazer tudo o possível para restituir a Cavallerizza aos cidadãos e que iria “to allocate part of the heritage of the city’s properties to new cultural activities, following the new Regulation for the Management of the Turim’s Urban Commons” (Programma – Chiara Appendino, n.d., our translation).

O professor Montanari, dada a sua vasta experiência com história da arquitetura, foi convidado a ser o Vice-Prefeito e Assessor de Urbanística da cidade de Turim na administração de Chiara Appendino. Todavia, após um tempo, a então Prefeita Chiara Appendino disse ao Professor

Montanari que não existiam recursos financeiros para comprar a Cavallerizza Reale de volta dos bancos e restitui-la à sociedade torinesa.

Em 2017 o Professor Montanari realizou uma mesa redonda com entes torineses que tinham como interesse questões culturais e organizou duas assembleias públicas (uma no espaço da prefeitura e outra na Cavallerizza) para tentar desenhar uma estratégia em conjunto para devolver a Cavallerizza ao controle público e iniciar um processo de requalificação e restauro do patrimônio.

Sobre a relação da Cavallerizza com o Estado, Miraftab (2004, 2009b, 2012) elucida que os movimentos sociais devem transitar entre o que ela descreve como *invited spaces*, sito é, espaços institucionais de participação, sancionados pelas autoridades e legitimados pelo governo e *invented spaces*, sito é, espaços criados pela sociedade civil que visam confrontar diretamente as autoridades e desafiar o *status quo*. Os espaços inventados são caracterizados por serem espaços de contestação política, onde os movimentos contra hegemônicos surgem e se fortalecem.

Além disso, infelizmente, Professor Montanari descreve que não houve interesse por parte do Ministério da Cultura para disponibilizar a quantia de dinheiro para comprar a Cavallerizza dos bancos e restitui-la à sociedade. E, com isso, eles somente realizaram algumas obras modestas de restauro no imóvel.

A ocupação da Cavallerizza continuou e os ativistas realizaram vários projetos culturais muito interessantes, como o Here (CAVALLERIZZA 1445, [s.d.]). O Here era uma iniciativa anual onde cerca de 300 artistas de toda a Europa viam à Cavallerizza para expor os seus trabalhos.

No início de 2019, Professor Montanari afirma que ele saiu do cargo de vice-prefeito por não estar mais em sintonia com o programa de governo da Prefeita Chiara Appendino. E, no mesmo ano foi aprovado na Câmara de Vereadores de Turim o Plano Unitário de Requalificação, projetado pelo Professor e Arquiteto Agostino Magnaghi, (MAGNAGHI, [s.d.]). Na visão do Professor Montanari, o Plano Unitário de Requalificação colocou uma serie de limites na reestruturação da Cavallerizza, tais como (i) todo a parte térrea da Cavallerizza deve permanecer pública ou de acesso livre ao público, (ii) que as atividades hoteleiras sejam ligadas exclusivamente à artistas (isto é, não é possível a implementação de um hotel turístico), e, além disso, (iii) o destino do imóvel como um todo deverá ser acordada entre Cassa Depositi e Prestiti e Fondazione Compagnia di San Paolo respeitando o uso social e público, e, sobretudo, à destinação cultural.

A participação da comunidade torinese estava presente no processo de redação do Plano Unitário de Requalificação, em especial, os artistas e membros do Comitê da Assembleia Cavallerizza 1445 que elaboraram o Plano Unitário de Requalificação Alternativo.

Este plano alternativo elaborado pelos membros da Cavallerizza vai de encontro a noção de planejamento insurgente proposta por Miraftab (2004, 2009b, 2012). Segundo a autora, as práticas de planejamentos insurgentes são caracterizadas por serem contra hegemônicas (desestabilizam a ordem normalizada das coisas), transgressivos (transgridem o tempo e o lugar ao localizar a memória histórica e a consciência transnacional no centro de suas práticas) e imaginativos (promovem a concepção de um mundo diferente, possível e necessário) práticas.

Além disso, o planejamento insurgente provém de uma tradição radical anterior na teoria de planejamento urbano. O planejamento insurgente é baseado na noção de cidadania insurgente de Holston (1996, 2009), que posteriormente foi incorporado por Friedmann (2011), Sandercook (2011) e Miraftab (2009, 2012, 2016) e que clama pelo reconhecimento de práticas cidadãs como forma de planejamento. Por sua vez, o planejamento insurgente visa contestar e propor alternativas aos meios neoliberais de dominação na produção da cidade. Ele rompe com a noção neoliberal de inclusão ao buscar uma melhor noção de participação na qual o direito das pessoas são reais e praticados.

Professor Montanari nos conta que tanto o Plano Unitário de Requalificação quanto o Plano Unitário de Requalificação Alternativo dialogaram entre si e ambos apresentaram aspectos

positivos no que se refere a questão da Cavallerizza permanecer um bem comum predominantemente público.

E, no fim de 2019, a administração local da Prefeita Chiara Appendino negociou o fim da ocupação da Cavallerizza em troca da implementação do Plano Unitário de Requalificação Alternativo e que a gestão do espaço seja feita por meio da Regulamento para a Gestão dos Comuns Urbanos de Turim.

No entanto, Professor Montanari nos lembra que uma parte dos ex-ocupantes da Cavallerizza acreditavam que nenhum destes dois planos eram válidos. Sendo assim, primeiramente, eles propuseram um referendun – o primeiro na história da cidade - para revogar a aprovação do Plano Unitário de Requalificação e a privatização.

A Constituição da República Italiana (GOVERNO ITALIANO, [s.d.]) prevê três tipos de referendo: o referendo revogatório, o referendo territorial e o referendo constitucional. O referendo revogatório tem por finalidade revogar uma lei existente ou um acto com força de lei, como o decreto-lei ou o decreto legislativo (artigo 75.º). O referendo territorial tem por finalidade a fusão de regiões existentes ou a criação de novas regiões, bem como a passagem de uma Região a outra de Províncias ou Municípios (artigo 132.º). O referendo constitucional tem por objecto a revisão de uma lei, quando, no prazo de três meses a contar da sua publicação, o requeira um quinto dos membros de uma Câmara Legislativa ou quinhentos mil eleitores ou cinco Conselhos Regionais (artigo 138.º).

Os ex-ocupantes propuseram um referendun abrogativo (“Richiesta di Referendun Propositivo Comunale”, 2021) para revogar a decisão da Câmara Municipal de Turim (“Divisione Urbanistica e Territorio - Area Urbanistica e Qualità dell’Ambiente Costruito - Deliberazione del Consiglio Comunale 78 del 08 Febbraio 2021”, 2021) que aprovava o Unitary Requalification Plan. No entanto, de acordo com o regulamento da cidade de Turim, para que a proposta de referendun seja admitida, é necessário a coleta de dez mil assinaturas de eleitores da cidade, e só foram coletadas 1.109 assinaturas. Então, os ex-ocupantes realizaram um apelo ao Ministro para manter a Cavallerizza totalmente pública (SETTIS et al., 2021) e uma petição online (SOCIETÀ DELLA CURA TORINO, 2021), que não tiveram efeito.

Tanto as petições quanto os referenduns empregados pelos membros da Cavallerizza reale fazem parte do repertório de ações coletivas dos movimentos sociais. O repertório de ação coletiva é “a limited set of routines that are learned, shared, and acted out through a relatively deliberate process of choice” (TILLY, 1995, p. 42). Assim, as pessoas aprendem ao longo do tempo como organizar marchas públicas, como realizar petições, como presidir encontros formais, etc. Assim, a cada contexto histórico, as pessoas aprendem maneiras de agir coletivamente (ALONSO, 2012; BRINGEL, 2012; TILLY, 2013).

Segundo Della Porta e Diani (DELLA PORTA; DIANI, 2020), na década de 1980, demandas por referendos e petições foram apresentadas em todos os países afetados pela implantação de mísseis de cruzeiro e Pershing. Milhões de assinaturas foram recolhidas em vários países como Estados Unidos da América, Itália, Alemanha e Holanda. Na década de 1990, mais de 24 milhões de assinaturas na campanha liderada pelo Jubileu 2000 foram coletadas em uma petição pedindo o cancelamento da dívida dos países mais pobres (ANHEIER; THEMUDO, 2002; DELLA PORTA; DIANI, 2020). Além disso, o uso de petições foi facilitado pela internet. Campanhas transnacionais, com coleta de assinaturas, via mailing lists e sites, principalmente via petições online, foram realizadas contra corporações multinacionais como Nike, Microsoft e Monsanto, descrevem Della Porta e Diani (DELLA PORTA; DIANI, 2020).

De acordo com Della Porta and Diani (DELLA PORTA; DIANI, 2020), petições e referendos são tipos de protestos que compõem o repertório de ação coletiva dos movimentos sociais e que tem como objetivo demonstrar a força numérica da mobilização. Em nosso caso de pesquisa, tanto o

referendum abrogativo quanto a petição online, dada a baixa adesão, não tiveram força o suficiente para causarem as mudanças propostas, isto é, a revogação do Plano Unitário de Requalificação.

Hoje, a Cavallerizza se encontra em uma situação semi-privada. Isto é, uma parte da Cavallerizza pertence à Cassa Depositi e Prestiti, outra parte à Fondazione Compagnia di San Paolo – são instituições públicas, mas podem agir de modo privado - e uma pequena parte à cidade de Turim, já que a cidade de Turim possui o manejo do imóvel.

O ideal, claro, nos conta Professor Montanari, seria que a Cavallerizza permanecesse totalmente pública. E tanto Plano Unitário de Requalificação quanto o Plano Unitário de Requalificação Alternativo cocaram limites para que a privatização levasse em conta os interesses sociais e públicos.

Enquanto isso, Professor Montanari nos diz que o processo de venda da Cavallerizza ainda continuou, e que em 2022 o processo de venda foi aperfeiçoado com uma chamada que permitia que a Fondazione Compagnia di San Paolo de adquirir toda a parte da Cavallerizza que era destinada aos bancos e à privatização. A Fondazione Compagnia di San Paolo é uma fundação de origem bancária e é uma das maiores e mais antigas fundações privadas da Europa. Nasceu com fins filantrópicos para favorecer o desenvolvimento cultural, civil e econômico (“Homepage - Fondazione Compagnia di San Paolo”, [s.d.]).

A decisão de elaborar um plano alternativo foi do Comitê Assembleia Cavallerizza 1445, composto por artistas e arquitetos, que interromperam a ocupação da Cavallerizza para que o processo de requalificação fosse implementado, explica Professor Montanari. E ele ainda nos lembra que foram feitas várias versões desse plano alternativo, já que existiam muitas visões sobre o futuro da Cavallerizza, mas era o Plano Unitário de Requalificação Alternativo que tinha o suporte do Comitê

Os objetivos principais do Plano Unitário de Requalificação Alternativo eram (i) realizar uma reestruturação total de todo o bem, (ii) tornar o bem acessível aos artistas, e (iii) não permitir que seja implementada uma residência permanente, mas sim que seja implementada residências temporárias ligadas à cultura.

Elaborar planos alternativos nesse contexto de neoliberalização das cidades faz com que diferentes formas de cidadania insurgente (HOLSTON, 1996, 2009) sejam ainda mais significativas na democratização da produção do espaço.

O maior desafio de elaborar o Plano Unitário de Requalificação Alternativo era garantir que o principal espaço da Cavallerizza fossem destinados às atividades de pesquisa e de expressão artística, que era o que estava presente no programa eleitoral da Prefeita Chiara Appendino.

A ocupação era vista como algo negativo pela comunidade torinese, relata Professor Montanari. Segundo ele, a mídia era sempre muito tendenciosa no que se refere à ocupação e ao processo de requalificação, e em algumas vezes as notícias eram falsas e outras vezes até imprecisas. A mídia relatava a ocupação como algo realizado por vândalos e usuários de drogas, afirma Professor Montanari, informação essa que não procede.

Professor Montanari também nos lembra que durante o processo de escrita do Plano Unitário de Requalificação Alternativo e de negociação com a administração local em relação ao Plano Unitário de Requalificação os membros da Cavallerizza se reuniram todo domingo à tarde para discutir os aspectos do Plano Unitário de Requalificação Alternativo, o futuro da Cavallerizza e como torna-lo e mantê-lo como um lugar público. Especificamente, nestas reuniões, eram discutidas as noções de bem comum, democracia e direito à cidade.

Harvey (2008) define o direito à cidade como não somente a liberdade individual para acessar recursos urbanos, mas também como o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Nesse sentido, transformar a cidade requer um poder coletivo capaz de transformar os processos de urbanização vigentes.

No caso de nossa pesquisa, o reuso de prédios abandonados juntamente com a luta contra a privatização dos mesmos são exemplos de atividades que tem como objetivo mudar a cidade além de criar novos espaços públicos. A noção de direito à cidade combinada com a de bens são, assim, utilizadas para enquadrar e legitimar as lutas sociais e obter a efetivação de direitos sociais.

Infelizmente, após o fim da ocupação da Cavallerizza em 2019 e o abandono do bem por parte da administração pública, os membros da ocupação se desagregaram e se desmobilizaram, descreve Professor Montanari. Isto é, quem era mais ativo na participação nas assembleias e na elaboração do Plano Unitário de Requalificação Alternativo ficou um pouco frustrado. Apenas poucas pessoas continuaram mobilizadas a participar, pois viam tanto no Plano Unitário de Requalificação quanto no Plano Unitário de Requalificação Alternativo, mesmo com a Fondazione Compagnia di San Paolo de manter uma destinação pública ao imóvel.

Atualmente, relata Professor Montanari, a situação da Cavallerizza está em pausa. Tanto a Fondazione Compagnia di San Paolo quanto a Cassa Depositi e Prestiti estão aguardando direções mais claras e detalhadas sobre o futuro da Cavallerizza, que estão à cargo do atual Prefeito Stefano Lo Russo (Democratic Party, 2021-...) e da Assessora da Cultura Rosanna Purchia e ao Assessor de Políticas Sociais, Jacopo Rosatelli. Além disso, hoje, a Cavallerizza foi esvaziada, foram recuperadas todas as obras de arte que estavam dentro do prédio e as obras de restauro e reestruturação serão iniciadas em breve por parte da administração local.

Professor Montanari ressalta ainda que na Itália está ocorrendo um processo em que muitos bens culturais públicos estão sendo vistos como oportunidades para privatização. E que a ocupação da Cavallerizza foi muito positiva porque trouxe a questão da privatização aos cidadãos torineses e à administração local. Isso fez com que uma simples privatização do local com destino puramente econômico não tivesse sido levada à diante. Isto é, fez com que o projeto de transformação da Cavallerizza em um hotel de luxo e restaurantes tivessem sido superadas e hoje o que prevalece é um projeto social e cultural.

4. Considerações Finais

Segundo estimativas da UNESCO, a Itália abriga grande parte do patrimônio cultural europeu, incluindo patrimônio arqueológico, artístico, ambiental e arquitetônico. Porém, com a introdução da Lei 112/2002 do governo italiano (GOVERNO ITALIANO, 2002), que permite a privatização do patrimônio italiano, o governo passou a vendê-los.

Benedikter (2004) descreve que até 2004, 36 objetos, sendo estes datados desde o período medieval até o século XX, foram vendidos para investidores privados e empresas de investimentos internacionais. E uma grande lista de outros objetos, tais como palácios medievais, templos, museus, praias e ilhas, cidades antigas e sítios arqueológicos estão esperando para serem vendidos.

E o nosso caso de estudo, a Cavallerizza Reale, foi um desses objetos vendidos, mesmo que parcialmente. No entanto, a mobilização dos cidadãos torineses foi imprescindível repensar essa venda e negociar com a administração local como seria essa privatização. O ideal, um prédio público para o público não foi totalmente alcançado, mas ao menos uma privatização com fins lucrativos não foi implementada.

5. Referências

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: Historia de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21–41, jun. 2012.

ANHEIER, H. K.; THEMUDO, N. Organizational Forms of Global Civil Society: Implications of Going Global. Em: GLASIUS, M.; KALDOR, M.; AHHEIER, H. K. (Eds.). **Global Civil Society 2002**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45. **Cavallerizza 14e45 - Partecipazione, Cultura, Bene Comune, Abitare la Città.** Disponível em: <<https://cavallerizzareale.files.wordpress.com/2014/09/cavallerizza-flyer-italiano1.pdf>>. Acesso em: 29 maio. 2022.

ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45. **Dichiarazione Uso Civico e Collettivo Urbano** . Disponível em: <<https://cavallerizzareale.wordpress.com/dichiarazione-uso-civico-e-collettivo-urbano/>>. Acesso em: 31 maio. 2022.

ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45. **Cavallerizza Reale di Torino - La storia della liberazione di un bene comune dall'abbandono e dalla mal gestione dell'amministrazione comunale Torinese.** Disponível em: <<https://cavallerizzareale.wordpress.com/dopo-due-anni/>>. Acesso em: 29 maio. 2022a.

ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45. **Assemblee.** Disponível em: <<https://cavallerizzareale.wordpress.com/assemblee/>>. Acesso em: 29 maio. 2022b.

ASSEMBLEA CAVALLERIZZA 14:45. **Dichiarazione uso civico e collettivo urbano | Assemblea Cavallerizza 14:45.** Disponível em: <<https://cavallerizzareale.wordpress.com/dichiarazione-uso-civico-e-collettivo-urbano/>>. Acesso em: 29 maio. 2022c.

BENEDIKTER, R. Privatisation of Italian cultural heritage. **International Journal of Heritage Studies**, v. 10, n. 4, p. 369–389, set. 2004.

BONINI BARALDI, S.; SALONE, C. Theoretical basis and design of analysis. Em: **Abandoned Buildings in Contemporary Cities: Smart Conditions for Actions**. [s.l.] Springer, 2020. v. 168p. 73–98.

BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 43–67, jun. 2012.

Cassa Depositi e Prestiti | CDP. Disponível em: <<https://www.cdp.it/sitointernet/en/homepage.page>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

CASTELLS, M. **The urban question : a Marxist approach / Manuel Castells ; translated by Alan Sheridan**. [s.l.: s.n.].

CAVALLERIZZA 1445, A. **Here.** Disponível em: <<https://cavallerizzareale.wordpress.com/?s=here>>. Acesso em: 9 maio. 2022.

CTT: About Us. Disponível em: <https://www.cartolato.it/en/about_us.html>. Acesso em: 29 maio. 2022.

Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio - Decreto Legislativo 22 Gennaio 2004, n 42. . 2004.

CONSIGLIO COMUNALE. Regolamento per il Governo dei Beni Comuni Urbani nella Città di Torino . . 16 jan. 2020.

Council of Europe Landscape Convention. . 2004.

Criteri e Indirizzi per la Tutela del Paesaggio. . 2010.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements: an introduction (Third Edition)**. Third ed. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2020.

Divisione Urbanistica e Territorio - Area Urbanistica e Qualità dell'Ambiente Costruito - Deliberazione del Consiglio Comunale 78 del 08 Febbraio 2021. . 8 fev. 2021.

DOUGLAS, J. **Building Adaptation**. Second ed. [s.l.] Elsevier Ltd, 2006.

FRIEDMANN, J. **Insurgencies: Essays in Planning Theory**. [s.l.] Routledge, 2011.

GOVERNO ITALIANO. Legge n. 112. . 15 jun. 2002.

GOVERNO ITALIANO. **Costituzione della Repubblica Italiana**. Disponível em: <<https://www.governo.it/it/costituzione-italiana/2836>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. [s.l.: s.n.].

HARVEY, D. The Right to the City. **New Left Review**, n. 53, set. 2008.

HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. [s.l.] Verso, 2012.

HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 243–253, 1996.

HOLSTON, J. Insurgent citizenship in an Era of global urban peripheries. **City and Society**, v. 21, n. 2, p. 245–267, dez. 2009.

Homepage - Fondazione Compagnia di San Paolo. Disponível em: <<https://www.compagniadisanpaolo.it/>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

l'Asilo. Disponível em: <<http://www.exasilofilangieri.it/>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

l'Asilo - Facebook Page. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lasilo/>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **Commun**. [s.l.: s.n.].

LEFEBVRE, H. Le droit à la ville. **L Homme et la société**, v. 6, n. 1, p. 29–35, 1967.

MAGNAGHI, A. **Ex Accademia Reale e Cavallerizza – Progetto**. Disponível em: <<https://www.agostinomagnaghi.it/portfolio/ex-accademia-reale-e-cavallerizza-progetto/>>. Acesso em: 9 maio. 2022.

MATTEI, U. Protecting the commons: Water, culture, and nature: The commons movement in the Italian struggle against neoliberal governance. **South Atlantic Quarterly**, v. 112, n. 2, p. 366–376, mar. 2013.

MATTEI, U.; QUARTA, A. **L'acqua e il suo diritto**. [s.l.] Ediesse, 2014.

MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE. **Valorizzazione del patrimonio: siglato accordo con il Comune di Torino**. Disponível em: <<https://www.mef.gov.it/ufficio-stampa/comunicati/2003/Valorizzazione-del-patrimonio-siglato-accordo-con-il-Comune-di-Torino/>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

MIRAFETAB, F. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists' Expanded Notion of Politics. **Wagadu**, v. 1, p. 1–7, 2004.

MIRAFETAB, F. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32–50, fev. 2009.

MIRAFETAB, F. Planning and Citizenship. Em: CRANE, R.; WEBER, R. (Eds.). **The Oxford Handbook of Urban Planning**. [s.l.] Oxford University Press, 2012. v. 38p. 786–802.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016.

MORONI, S.; DE FRANCO, A.; BELLÈ, B. M. Unused private and public buildings: Re-discussing merely empty and truly abandoned situations, with particular reference to the case of Italy and the city of Milan. **Journal of Urban Affairs**, v. 42, n. 8, 2020a.

MORONI, S.; DE FRANCO, A.; BELLÈ, B. M. Vacant buildings. Distinguishing heterogeneous cases: Public items versus private items; empty properties versus abandoned properties. Em: **Abandoned Buildings in Contemporary Cities: Smart Conditions for Actions**. [s.l.] Springer, 2020b. v. 168p. 9–18.

NOVAIS, P. Efeitos de teoria: o debate acadêmico sobre os projetos urbanos e a legitimação de novas formas de produção do território. Em: OLIVEIRA, F. L. DE et al. (Eds.). **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 362.

OLIVEIRA, F. L. DE; NOVAIS, P. Grandes projetos urbanos. Panorama da experiência brasileira. Em: VAINER, C.; NOVAIS, P.; CUENYA, B. (Eds.). **Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira**. [s.l.] MASQUATRO, 2013.

Piano Paesaggistico Regionale (PPR) - Regione Piemonte. . 2017.

Piano Territoriale Regionale (PTR) - Regione Piemonte. . 2011.

PLEVOETS, B.; VAN CLEEMPOEL, K. Adaptive reuse as a strategy towards conservation of cultural heritage: a literature review. Em: BREBBIA, C. A.; BINDA, L. (Eds.). **Structural Studies, Repairs and Maintenance of Heritage Architecture XII**. [s.l.] WIT Press, 2011.

Programma – Chiara Appendino. Disponível em: <<https://www.chiaraappendino.it/programma/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

RICCIO, G. **L’Asilo - from the occupation to a case of best practice**. TEH Camp Meeting 82. **Anais...** Verona: 2016.

Richiesta di Referendum Propositivo Comunale. Disponível em: <<https://referendum.torinofacile.it/>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

ROBIGLIO, M. The Adaptative Reuse Toolkit - How Cities Can Turn their Industrial Legacy into Infrastructure for Innovation and Growth. **Urban and Regional Policy Paper**, n. 38, set. 2016.

SANDERCOCK, L. **Making the Invisible Visible : A Multicultural Planning History**. [s.l.] University of California Press, 2011.

SETTIS, S. et al. **Lettera Aperta al Ministro Franceschini**. Disponível em: <<https://www.latuacavallerizza.it/cavallerizza-lettera-aperta-al-ministro-franceschini/>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

SOCIETÀ DELLA CURA TORINO. **Online Petition - Blocciamo la vendita della Cavallerizza Reale di Torino, Patrimonio dell’Umanità UNESCO -Change.org**. Disponível em: <https://www.change.org/p/ministro-della-cultura-dario-franceschini-blocciamo-la-vendita-della-cavallerizza-reale-di-torino-patrimonio-dell-umanit%C3%A0-unesco?utm_source=share_petition&utm_medium=custom_url&recruited_by_id=c0b43900-416d-11ec-a734-8d9f893eb50c>. Acesso em: 30 maio. 2022.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. Em: TRAUGOTT, M. (Ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. [s.l.] Duke University Press, 1995.

TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. [s.l.: s.n.].

UNESCO. **Residences of the Royal House of Savoy - UNESCO World Heritage Centre**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/823>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F. L. DE; NOVAIS, P. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. Em: OLIVEIRA, F. L. DE et al. (Eds.). **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 362.

VASSALLO, I. La Cavallerizza Reale di Torino: riflessioni su nuove forme di occupazione che ridefiniscono lo spazio pubblico. **Rivista bimestrale urbanistica e ambientale dell’Istituto Nazionale Urbanistica**, 2014.

VASSALLO, I. **Cosa vuol dire patrimonio? E chi decide quali sono i beni comuni? - Labsus**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.labsus.org/2016/05/cosa-vuol-dire-patrimonio-e-chi-decide-quali-sono-i-beni-comuni/>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

VIOLLET-LE-DUC, E.; WETHERED, C. **On Restoration**. London: Sampson Low, Marston, Low and Searle, 1875.